

*Maria João*  
Fialho Gouveia

A **princesa portuguesa** que viveu os prazeres secretos da noite parisiense ao lado do seu marido apaixonado.

D. FRANCISCA  
DE BRAGANÇA

# A PRINCESA BOÊMIA

Romance Histórico



TOPSELLER

# Introdução

A história de D. Francisca de Bragança é uma história de amor, como tantas outras. Uma história de júbilo e dor, de perdas e reconquistas, de guerra e de paz. Uma história de paixões — por um homem, pela pátria. Mas é, sobretudo, a história da filha do primeiro imperador do Brasil, é a gesta de uma princesa atrevida e impetuosa, que trocou a placidez das reuniões familiares da corte novecentista pelo bulício e a estúrdia das noites de Paris.

Quis o destino que D. Francisca Carolina — nada e criada na severidade da corte brasileira, sem pai nem mãe — casasse com um príncipe francês, amante confesso das artes, da cultura e do crepúsculo. D. Francisca e D. Francisco desposaram-se apaixonados no Brasil em 1843, como apaixonada se quedaria a França por esta *Belle Française*.

Jovens e enamorados, os príncipes de Joinville largaram pelas noites de Paris — daquela Paris artista e intelectual, grávida de novidades, do século XIX —, tornando-se presença assídua nos bares e restaurantes dos *Grands Boulevards*, nas salas de espectáculo, nas exposições de pintura e de escultura. A alta, pulcra e majestosa D. Francisca Carolina traçava assim a tela da sua vida de laivos de modernidade, preferindo a extravagância da insónia cidadina ao recato dos usuais serões palacianos.

A sua infância, contudo, encobria a sombra da morte da mãe — que se suspeitava dolosa —, as manifestas infidelidades do pai, um irmão déspota e castrador, e 18 anos desperdiçados na severidade de um palácio que morava refém de um protocolo de feições monásticas.

D. Francisca Carolina Joana Leopoldina Romana Xavier de Paula Micaela Rafaela Gabriela Gonzaga de Bragança nasceu no Rio de Janeiro, a 2 de Agosto de 1824, filha de D. Pedro IV de Portugal — I do Brasil —, e da imperatriz D. Leopoldina de Áustria. Cedo perdeu a mãe — falecida em circunstâncias envolvidas em mistério e polémica, após dar à luz um filho prematuro. Segundo os rumores, a soberana morrera de uma agressão às mãos do próprio imperador — que lhe impusera a amante no paço e na hierarquia cortesã.

Órfã de mãe aos dois anos de idade, a princesa cresceu sob os auspícios da perceptora D. Maria Carlota de Magalhães Coutinho, na austeridade do Palácio de São Cristóvão, onde imperava uma monotonia conventual e pardacenta, imposta pelos mentores e pelo irmão, D. Pedro de Alcântara — II Imperador do Brasil. Valia-lhe a companhia da irmã, Januária, e das damas de companhia. Malgrado a escrupulosa reverência protocolar, os príncipes amadureceram cristãos e piedosos, mas faltos em educação e estudos. Distinguia-os, todavia, a excelência no porte, que a todos maravilhava.

Aos 13 anos D. Francisca Carolina — a Mana Chica dos irmãos Maria da Glória, Januária, Paula Mariana e Pedro — conheceu D. Francisco Ferdinando d'Orléans, príncipe de Joinville — filho do rei de França, Luís Filipe —, com quem se casaria seis anos mais tarde, na alcaçaria fluminense.

Arrimada a Paris em Agosto de 1843, a princesa de Joinville logo se impôs pela sua beleza e naturalidade, conquistan-

do o *petit nom* de *Belle Françoise*. Já o seu augusto sogro tratava-a por *Chicá*, ao filho por *Chicô* e ao casal por *Mes Chiques*.

Francisca era alta, bela, de cabelos castanhos e olhos quase pretos, e dotada de um porte majestoso que contrastava com as suas atitudes infantis e impulsivas; o seu consorte era muito alto, de silhueta delgada, com os longos cabelos escuros a contrastar com os seus penetrantes olhos azuis. Além dos afectos, unia-os um ardor pela liberdade, e os príncipes de Joinville cederam ao apelo da vida noctívaga, daquela Paris que fervilhava de arte, cultura e conhecimento, privando com intelectuais e artistas. As manhãs disfrutavam-nas a cavalgar pelo Bosque de Bolonha, com D. Francisco Ferdinando a pintar amiúde a mulher nas suas excelentes aguarelas.

Entretanto viriam os dois filhos, e o príncipe partia em missões militares com a sua amada Armada Francesa. A par das conquistas, arrimavam também, contudo, as insídias cortesãs, que atribuíam amantes à princesa e romances ao seu esposo — à laia do notório envolvimento que Joinville mantivera anos antes com a actriz trágica Rachel Brownstein.

Com a Revolução de 1848, dava-se a queda da monarquia francesa, e os Orléans partiam para um exílio de 22 anos na campanha inglesa. Quando em 1870 puderam finalmente tornar a França, remeteram-se — não sem primeiro sentir a pulsação a Paris — a uma vida discreta entre o Palácio de Arc-en-Barrois, no Haute-Marne, e o paço da Rue de Autin, em Paris. Ocasionalmente, visitavam Portugal e os parentes portugueses, guardando especial lembrança de uma memorável estadia no Real Paço de Caxias, à beira-mar.

Ao cabo de 55 anos de vida em comum, D. Francisca de Bragança d'Orléans, princesa de Bragança e de Joinville, morria aos 74 anos nos braços do seu único amor, sob os céus de Paris.



CAPÍTULO I

*O príncipe de Joinville*





— **Q**ue bulício é esse que por lá fora vai, D. Mariana Carlota? — inquiriu amofinada D. Francisca, perturbado que havia sido o seu sono. Durante os meses estivais, o calor queimava os dias e sufocava as noites, elevando-se as temperaturas a mais de 30 graus centígrados, particularmente em Janeiro, o mês mais quente do calendário brasileiro. Apesar de protegida pela fundura das paredes e a frieza dos chãos de mármore do Paço Real de São Cristóvão — que o arquitecto português Manuel da Costa amodernara, ataviando-o de feições neoclássicas —, a família imperial defendia-se do ardor do Verão fluminense vivendo enquanto o sol dormia e dormindo quando este durava.

A infanta enrolou-se nos alvos lençóis de linho bordados, rematados com o monograma dos Braganças, voltou-se no seu leito de solteira, estilo D. José I — em jacarandá do litoral, com dossel assente em colunas torneadas e cabeceira entalhada a concheados —, e esbravejou um «correi-me as cortinas, que ainda a noite vai alta!»

— O relógio, Sua Alteza Real, já bateu as nove da manhã! — altercou a dedicada camareira-mor a quem D. Pedro IV confiara a tutoria dos seus infantes imperiais.

— Pois não o dizia eu? — protestava insistente a princesa, num resmoneio inconformado. — Mal passou da deita. — Pois sim, mal passara, mas eis que uma corveta com o pavilhão de França parecia abeirar-se do porto. Face a tais novidades, saltando da cama num arranco, descalça e envergando somente uma fina camisa de dormir em algodão branco arrendada no colo, e colocando-se em bicos de pés para assomar à alta janela lacada a branco, a mais jovem das princesas do Brasil procurou na Baía de Guanabara sinais da ditosa barca, que avistou a pouco menos de duas léguas da margem.

— É a embarcação do filho do rei de França que se aproxima, Vossa Senhoria! — apressou-se a abrilhantar a senhora de Magalhães, governanta dos filhos do imperador. Satisfeita a curiosidade e sem grande importância prestar à visita do ilustre convidado, D. Francisca Carolina Joana Leopoldina Romana Xavier de Paula Micaela Rafaela Gabriela Gonzaga de Bragança, de mãos assentes sobre o ebúrneo parapeito de pedra calcária do paço bragantino do Rio de Janeiro, entregara antes o seu olhar ao planante voo das gaiotas «que lhe faziam lembrar a pátria».

— Ora, ora, D. Francisca Carolina, que sabeis vós da pátria amada se nunca fostes a Portugal? — perguntou divertida a aristocrata, avezada que estava às festivas observações da sua tutelada. Dissera-o o senhor seu pai, elucidou no seu usual desembaraço a franzina e formosa infanta, que teimava em protelar os seus aprontos para receber o oficial da Marinha Francesa.

— E porque vindes hoje vós a despertar-me e não a condessa de Maximinos, como é de uso? — irrompeu a nobre donzela, sem esconder a estranheza e o transtorno com a mudança. — Não devíeis estar vós a administrar a casa do senhor

imperador, meu excelso irmão? Ou a zelar pelos seus estudos? — teimou por fim. A tutora esclareceu que D. Sebastiana de Meirelles e Bastos se encontrava nesse mesmo momento a aprontar o banho de Sua Senhoria...

— Que me dizeis vós, D. Mariana? Banho? De novo? — contestou amuada a infanta D. Francisca. — Não o tomei eu ontem já?

— Anteontem, dilecta princesa. E, ademais, hoje é um dia especial — completou a aia.

— Ah, sim, o eminente hóspede que se acerca — estimou a menina. E qual seria a patente de tão digno oficial? Tenente, por certo...

— Creio que o cavalheiro já é capitão — avançou a fidalga.

— Ah, capitão! Será então certamente um velho de tricórnio, curvado e maldisposto, a cheirar a cachimbo! — gracejou matreiramente a adolescente, lançando a cabeça para trás com uma sonora gargalhada, certa de arreliar a sua aia, que contrariava a acriançada insinuação da sua princesa fazendo do forasteiro um retrato deveras favorável e apelativo.

Todavia, nem a auspiciosa imagem que D. Mariana Carlota traçava do príncipe gaulês parecia cativar a atenção da real Francisca, que das gavotas deslocava agora a sua atenção para dois tomos encadernados a carmim, de letras douradas, que repousavam esquecidos numa embalagem estampilhada meio aberta, a um recanto da escrivaninha de carvalho embutida a pedraria, estilo Luís XV. Haviam chegado há pouco de Lisboa, os livros, informou a jovem, acariciando-lhes a capa num gesto reverenciador. Enviara-os a Mana Maria. Excelentes novidades, certamente, anuíra a ama, embora certa de que a sua soberana os não iria ler; mas por ora a falua alcançava o cais e era hora de se compor para receber o nobre francês.



Aparentemente ainda perdida nas suas divagações, D. Francisca mostrou interesse em saber o nome da fragata comandada pelo oficial que tantas loas merecera de D. Mariana Carlota de Verna Magalhães Coutinho, em quem os infantes de D. Pedro IV de Portugal viam uma segunda mãe. *L'Hercule*, fez saber a aristocrata; *L'Hercule*, repetiu pianíssimo D. Francisca, parecendo desinteressada. Para aquietação da fidalga, a filha de D. Pedro IV abeirou-se então do seu alto e estreito guarda-fatos — que rimava com a cama oitocentista —, retirou um dos seus vários fatos de montar, sóbrios e insípidos, e apressou-se a vesti-lo; depois, lançou arbitrariamente mão de uns singelos brincos de pérolas guardados num acanhado contador, sobre o móvel da sua cómoda — em laca perlada e ferragens a cobre —, ajeitou o gancho que lhe prendia uma madeixa de cada lado por sobre os cabelos que lhe caíam soltos e lisos pelas costas, e, colocando sobre os ombros um sóbrio xaile branco em croché, fez saber à sua paciente ama que «estava pronta». Face à pressa e à séria talha que fora persuadir a sua pupila a conceder receber o príncipe estrangeiro, a Senhora de Magalhães cedeu no rito do banho e na parcimoniosa toilette separada, e lá foi D. Francisca Carolina escada de mármore abaixo, irrequieta e saltitando de degrau em degrau, ainda redizendo baixinho *L'Hercule*.

Na desnuda, embora ampla, Sala de Espera, obsequiada com escassos móveis, D. Pedro — junto às honrosas pinturas de vários membros dos Braganças que desfilavam nas paredes —, examinava interessado a orla do Atlântico a que chegava a embarcação francesa, na sua solene quietude de menino-rei. O dia preguiçava morno e radioso, espreguiçando-se o sol por tímidos raios que iluminavam a baía da Guanabara, naquela sonolenta manhã de Janeiro de 1838. Julgando-se a sós na ampla sala de faustosos tectos em *trompe-l'œil* — a sépia e ouro

—, com cantos figurativos evoluindo para ramagens, o juvenil monarca esfregou os olhos, pouco acostumado que estava a alvorear. As elevadíssimas temperaturas do Verão fluminense — com dias quentes e tórridos e noites abafadas — dificultavam aos Braganças brasileiros manter uma rotina próxima da europeia.

Pedro de Alcântara aguardava a aportada do príncipe de Joinville, predita semanas antes por carta punhada pela sua prima, a rainha D. Maria Amélia Teresa de Bourbon-Duas Sicílias — consorte do seu congénere francês e mãe do viajante —, à infanta D. Januária Maria do Brasil. Rezava aquela que o infante francês havia largado de Constantinopla pelo Outono rumo a Vera Cruz, com o intento de conhecer as províncias; acalentava, porém, a soberana gaulesa, o anelo secreto de que o filho se maravilhasse com D. Francisca de Bragança e a ela — respeitados o tempo de espera que a jovem idade da princesa impunha —, aprovasse unir o seu destino. A Mana Januária confidenciara ao seu irmão, três anos mais novo do que ela e regente sob tutela — dada a sua juventude —, a pretensão da nobre parente italo-francesa de ambos, implorando-lhe reserva e discrição na administração de tal confidência. Mancebo demais para o comprometimento de carrear o fado de um reino tão extenso e tão alvoroçado como o do Brasil, o monarca adolescente encontrou nesta sua nova empreitada um entretenimento simples e gracioso. Ou assim o julgava o imberbe imperador D. Pedro II, desconhecedor de que os desígnios do coração não se ordenam; tampouco a benquerença tem hora marcada.

Com um oceano pelo meio a separá-la da Europa e pouco acostumada a receber a visita de majestades de além-fronteiri-

ras, a corte brasileira imergira num desmedido e alvoroço para acolher «o filho do rei de França!» em jeito festivo. Os corredores do piso nobre do Palácio de São Cristóvão encheram-se dos passos apressados dos criados num redopio sem fim, devolvendo ao paço o júbilo e a animação que conhecera à época em que a corte portuguesa se transferira para o Brasil. Tais memórias recuavam até ao início do século, quando, em 1808 — fugidos da ameaça das tropas napoleónicas na sua terra natal —, D. João VI e D. Carlota Joaquina se refugiaram sua colónia brasileira.

A história da arrimada da corte joanina ao Rio de Janeiro, ouviram-na os infantes contar ao seu pai, repetidas vezes. De como família real e cortesão se instalaram no vasto casarão construído pelo mercador português Elias António Lopes no topo de um cabeço, com uma boa vista para o Atlântico — de onde o nome Quinta da Boa Vista. Das modificações e melhoramentos a que, sem delongas, o rei de Portugal procedeu, transformando a propriedade em residência real. E assim, desbravado o mato que a cercava, secos os fétidos pântanos, aplanados os acessos à cidade e ao mar e dignificado o edifício, a casa do comerciante lusitano convertera-se no Paço Real de S. Cristóvão da família de Bragança. Mas D. João fora mais longe, ordenando a construção de quatro torreões em estilo neogótico — embora apenas o torreão norte tenha sido erguido —, e ainda da ala sul e da escadaria principal de acesso ao edifício. Manuel da Costa fora encarregado de dar continuidade às reformas do seu antecessor, John Johnston, acrescentando um torreão — simétrico ao único com que o inglês dotara o conjunto —, mas a sua morte cinco anos mais tarde entregaria ao francês José Pedro Pezerat a conclusão das remodelações e o embelezamento dos jardins. Mais tarde

— tornado o rei a Portugal —, D. Pedro fez instalar o escritório e a sala de espera no piso térreo, colocando no pavimento superior os dormitórios, os quais disfrutavam de vista desafogueada para o pátio, para a cidade e para o mar. As mudanças mais significativas do palácio, no entanto, tiveram lugar por ocasião do casamento do príncipe com Maria Leopoldina de Áustria, como foi o caso a edificação de um colossal portão à entrada, como presente de casamento dos nubentes por parte do general Hugh Percy — segundo duque de Northumberland. E foi ali — havia já o paço da Quinta da Boa Vista ascendido a sede de Império —, que vieram ao mundo aquela que viria a ser rainha de Portugal, D. Maria II, e D. Pedro II, o futuro imperador do Brasil, assim como os demais filhos de Suas Majestades.

Décadas dobradas — distante que ia o lastimado regresso da família real portuguesa à sua pátria, aquietado o choro pela ida da princesa Maria da Glória para Portugal e finalizado o luto pelas mortes de D. Leopoldina (em 1826) e de D. Pedro I (oito anos mais tarde) —, a alcaçaria de Vera Cruz engalanava-se de novo com indícios de festim e de exultação. E os sinais de festividade adivinhavam-se, quer no vaivém dos negros serviçais — carregados de bandejas de prata peçadas de apetecíveis frutas de todas as cores, e bojudas garrafas de cristal repletas de vinho ou sucos vários —, como no adorno da corte com exóticas flores tropicais. Liam-se ainda indícios de celebração na chegada de individualidades do império e dos músicos — igualmente convocados às pressas —, que agora acorriam à bela Sala de Música de São Cristóvão, transportando os seus instrumentos para os dispor religiosamente nos seus devidos lugares.

Alheado de todo o revolteio palaciano, há muito que D. Pedro vestira o seu uniforme de circunstância, composto

por calças brancas e justas, e uma casaca preta de gola subida, ornada das suas divisas imperiais e dos seus áureos elementos de gala. E assim, solene, o jovem imperador do Brasil não afastava do ancoradouro o seu olhar. A corveta que pompeava briosa a bandeira de França atracara havia poucos instantes. Do seu posto à ventana o monarca adivinhava — não logrando vislumbrar, dada a distância de um par de varas que separava o cais da alcáçova imperial —, a intensa actividade naval dos marinheiros que recolheriam as velas, atariam no seu nó cego os cabos ao desembarcadoiro, e se dariam veloz e diligentemente à sua faina — repartidos ordenadamente por um sem número de lidas próprias da aportada. Em meio ao azafamado bando de mareantes, o rei regente imaginava reconhecer o comandante da embarcação — ornado das suas distintas insígnias de capitão da armada —, grandioso em estatuto e em traquejo protocolar.

Uma vintena de minutos mais tarde, D. Pedro de Alcântara divisou a descida de um conjunto de marinheiros ao escaler que os conduziria da corveta até ao porto, entre os quais se contaria certamente o tão aguardado viajante real. Não muito tempo depois, a uns 40 minutos de viagem, surgia na dobra da estrada um grupo de homens a cavalo, entre os quais se destacava — pelo solene traço e pela altiva e digna postura —, o capitão de *L'Hercule*. Ei-lo, portanto, D. Francisco Ferdinando de Orléans, filho do seu homólogo galo! Apesar da lonjura, D. Pedro II apercebia-se claramente da firmeza com que o infante de Joinville — que se lhe adiantava sete anos em idade — enfrentava aquele novo mundo e a própria existência; o que deixava o imperador um tanto inseguro no seu papel de líder de um imenso território e — nesse dado momento —, acrescido da função de anfitrião adolescente de um príncipe distante, forasteiro e maduro. Sacudidas as inseguranças, contudo, o jovem

reinante do Brasil — pequeno demais para um domínio tão vasto e tão complexo — sinalizou com um leve aceno de mão que pretendia falar com o negro Rafael — antigo homem de confiança de seu pai na Guerra da Cisplatina, e agora seu fidedigno protector —, que aguardava escrupulosamente à entrada da sala por determinações do seu menino e senhor.

Murmuradas entre ambos sumárias sentenças, imperador e imperado desceram vagarosamente as escadarias de acesso à entrada principal do palácio; em breve se lhes juntariam diversos membros da corte, entre os quais a princesa Januária, D. Francisca Carolina, D. Mariana de Magalhães — perceptora dos infantes —, e as amas de companhia das princesas: D. Joaquina, D. Sebastiana de Meirelles e Bastos, condessa de Maximinos, e D. Ana Valentina de Faria, marquesa de Fafe. A par da família imperial, dos cortesãos mais chegadas e da corte mais alargada, aguardavam ainda pelo dignatário francês influentes homens de Estado, como o ministro da Justiça, Bernardo Pereira de Vasconcelos, o ministro da Fazenda, Miguel Calmon, o ministro dos Estrangeiros, Maciel Monteiro, o ministro da Guerra, Sebastião do Rego Barros, o ministro da Marinha, Joaquim José Rodrigues Torres, e o marquês de Olinda, Pedro de Araújo Lima — Regente Uno do Império, por menoridade de D. Pedro II do Brasil.

Recebido que houvera D. Pedro de Alcântara — com a tenra idade de apenas cinco anos —, do pai demissionário o ceptro do Brasil, fora o governo do Império — de acordo com a Constituição de 1824 — confiado inicialmente à Regência Trina Provisória. Ora, esta consistia numa regência de três autoridades, representativas das três grandes vertentes políticas no país: os liberais — na pessoa do Senador Campos Vergueiro —; os conservadores — representados por José Joaquim Car-

neiro de Campos —; e os militares — através do General Francisco de Lima e Silva, mais conhecido por Chico Regência. Na sequência das eleições que esta trindade tinha por obrigação convocar, escolheu-se a Regência Trina Permanente, que seria composta por Bráulio Muniz, Costa Carvalho, e pelo próprio General Chico Regência. Após três anos de governo desta entidade — por influência do ministro da Justiça, o Padre Diogo Feijó —, criara-se em 1834 o Acto Adicional, que entregava o poder a uma Regência Una, com o Regente Feijó a ser eleito como único regente por sufrágio universal. O clérigo revelara-se um político democrático de cariz federalista, tenaz patrocinador da descentralização das províncias brasileiras — as tais províncias que D. Francisco de Orléans fizera antecipadamente saber que queria conhecer de perto —, instituindo as Assembleias Legislativas provinciais e concedendo o estatuto de município neutro ao Rio de Janeiro. Porém, a sua incapacidade de conseguir pacificar as insurreições das urbes determinariam a sua substituição pelo jurista Pedro de Araújo Lima, marquês de Olinda, notoriamente adverso às políticas descentralizadas do seu antecessor e decididamente menos liberal.

Mas era D. Pedro, o soberano criança, que na falda das reais escadas de São Cristóvão se sobrepunha pelo seu majestoso porte — apanágio absoluto de quem assim nasce ungido —, pelos seus olhos azuis, e pela coroa de madeixas louras dos seus cabelos de Saxe-Coburgo. E foi ao jovem imperador, sem dúvidas ou hesitações, que o príncipe de Joinville se dirigiu, uma vez percorrida a ondulada estrada que ligava o paço à orla do oceano.

A aparição de D. Francisco Ferdinando arrancara um coro de ais incontidos à delegação feminina, nomeadamente a D. Francisca Carolina — que finalmente serenada nas suas

divagações ingénuas e acriançadas — não conseguia fechar a nobre boca. A ama, apercebendo-se da situação, chamara-lhe mudamente a atenção, com uma pequena tocadela de cotovelo, a que a princesa de pronto reagiu. O espanto das damas era sobrejamente justificado: o francês era alto, e ainda mais alto parecia no seu escuro uniforme de gala da marinha — pontuado de botões e galões dourados, de gola subida sobre a camisa branca e a gravata preta —, muito magro, de tez trigada pelo mar, olhos azuis, cabelos castanhos lisos, bigode escuro aparado, e trazendo no sangue o porte dos Orléans e dos Bourbon, que ainda mais o elevava acima da sua estatura. Solenemente trocadas as devidas vénias reais entre as altezas americanas e europeia, e as individualidades da política brasileira presentes, o príncipe de França sorriu. Sorriu ao imperador, às senhoras, ao Brasil! D. Francisco era um jovem bafejado pela beleza, de feições correctas e distintas, senhor de um trato agradável e de uma inesperada graça na conduta; despido ainda — para sua maior vantagem — de embaraços, e dotado de manifestos dons intelectuais. Avesa que estivera à recepção ao filho do rei francês, o encantamento da adolescente Francisca por Joinville fora fulminante e sem restrições, contendo-a apenas — no desassossego que a arrebatava — o peso da sua posição e os avisos silenciosos da solícita e prudente D. Mariana.

— Sejai bem-vindo! — disse D. Pedro II. D. Francisco Ferdinando respondia gratamente com um venerador curvar de cabeça. Então — a um gesto indicativo do imperador —, convidado, ministros e corte seguiram-no ao interior do palácio. Contrastando com os aposentos da família imperial — que se limitavam a meia dúzia de diminutos compartimentos, servidos por estreitos corredores e igualmente ajustadas escadas, no piso superior do velho, acanhado, desconfortável e encar-



didado paço de São Cristóvão —, as salas sociais eram largas e belas, apesar de pecarem pela ausência de móveis e artefactos à altura dos seus belos tectos estucados e do estatuto dos seus majestosos habitantes. No conto geral, distava tanto o Brasil da Europa, como se afastava a austeridade quase monástica da residência bragantina brasileira do fausto e do agasalho da ufana corte francesa; disparidade que logo causou espanto aos olhos da majestade gaulesa.

Mas se a Casa Real fluminense perdia em opulência, prosperava em ritos. Após a indispensável cerimónia do beija-mão — ao imperador, a Suas Altezas, as princesas, ao príncipe de além-fronteiras —, na nobre Sala do Trono — respeitosa e abrigada que estava o imperial assento por um baldaquino em forma de coroa do qual desciam cortinas no mesmo veludo verde —, seguiu-se uma breve paragem na sala de espera de D. Pedro IV: bela, na sua sobriedade de paredes de um creme pastel e de brancos estuques que lhes rimavam numa simplicidade de pérolas e discretos áureos aos ângulos. Cumprido o protocolo com as obrigatoriedades oficiais que se impunham entre os dois Estados — e das quais as fidalgas eram dispensadas —, o imperador pressupôs que ao excelente príncipe de Joinville certamente conviria refrescar-se e repousar antes de reunir-se à corte para uma ligeira refeição de boas vindas na Sala de Jantar. O estrangeiro agradeceu a cortesia e aceitou o oferecimento. Naturalmente, como seria de esperar, vinha estafado e precisado de recompor-se e aprontar-se. «Compreensivamente», concordou o monarca. E que desde logo contasse o elevado visitante com o camareiro que o imperador disponibilizara para o assistir durante sua estadia. Quisesse Sua Excelência subir aos seus aposentos, que mal os soldados da armada francesa chegassem com os seus baús, ordenaria

a entrega dos mesmos nos compartimentos que lhe haviam sido preparados. O príncipe agradeceu com nova mesura ao soberano, às individualidades de Estado, às damas — que entretanto se haviam reunido ao grupo —, e seguiu o fidalgo que lhe indicava silenciosamente o caminho.

Quando cerca de uma hora depois o francês entrou na sala escoltado pelo seu valete francês, pelo moço-de-câmara que o imperador destinara para o seu serviço, e pelo fidalgo escudeiro português — que logo se escusara, como os demais, à porta —, já a família imperial e os governantes o esperavam. Os estadistas fumaçavam um charuto no contíguo gabinete de trabalho do soberano, enquanto as senhoras murmuravam alvitres e mexericos à janela que dava para a espaçosa varanda rasgada sobre o jardim. Do exterior, com o cálido e entorpecedor bafo do começo da tarde, chegava também o odor das gardénias — dos vasos que ornavam a balaustrada virada a poente —, fruto do incansável zelo de D. Januária, que vigiava o cuidado das flores desde a chegada à terra até à rega e à poda sazonal. D. Pedro II, que se demorara na régia mesa a dar provimento a alguns despachos inadiáveis, havia-se há pouco aliado aos ministros no colóquio — mas não no vício, sendo-lhe ainda interditos, dada a sua verde idade, o fumo e o álcool.

A escassos metros, a criadagem — brancos e negros, aprimorados nos seus librés —, desdobrava-se no transporte de travessas, terrinas e molheiras, garrafas de vinhos vários e jarros de água, e ainda um castiçal que — reparara D. Sebastiana de Meirelles — minguava ao extremo norte da tábola. Na sua largueza casca-de-ovo — em contraste com o tom escuro do louceiro e das consolas de mogno —, era o compartimento iluminado — alto e combativo que ia o sol — pela luz forte do dia que abafava lá fora. A mesa, prolongada para acomodar

os numerosos comensais, refulgia no seu perdulário serviço figurativo de porcelana da Baviera, em tonalidades ocre e *bourdeau*, assistido pela digníssima baixela de prata com as insígnias de D. Pedro IV de Portugal — I do Brasil — e, finalmente, por uma prodigalidade de copos, taças, jarros e galheteiros de cristais da Boémia. Nas duas consolas que ladeavam a aparelhada mesa, fumegavam os manjares à espera do filho do rei de França.

Por fim, D. Francisco de Orléans lá arrimou, para alívio dos estômagos mais apoquentados. Comutadas as devidas reverências, puxadas que foram às senhoras as suas generosas cadeiras de palhinha — a de D. Francisca fora, por auspício de D. Mariana e submissa ordem de D. Pedro, astuciosamente posicionada frente à do convidado —, almoçou-se finalmente no Palácio de São Cristóvão. Todos os cortesãos haviam sido previamente informados da parcial surdez do condigno gaules, pelo que as conversas se produziram num tom acima do habitual. E assim, a manja foi animada por relatos do estado do Império e pelo interesse dos dignatários brasileiros nas questões gaulesas e internacionais. Maciel Monteiro logo quisera inteirar-se da natureza dos contactos diplomáticos existentes, à data, entre França e a América do Norte — informado de que o «Rei Cidadão», pai do príncipe, havia vivido naquela nação —, e de como reagia às notícias de consecutivas convulsões entre os colonizadores e a comunidade indígena, que aqueles teimavam em deportar para terras menos férteis e apetecíveis; o marquês de Olinda, por seu lado, demonstrava estar atento à realidade francesa, manifestando-se preocupado com alguns ecos de instabilidade política, derivados da anterior desastrosa aventura republicana e da queda dos sucessivos governos. Lúcido e documentado, Joinville — notavelmente satisfeito e

divertido com a atenção concedida ao seu país e a selecção dos temas alevantados — debateu-os, apontando soluções, admitindo mesmo comungar de certos receios nomeados. A restante ceia conheceu, por fim, um alívio nas temáticas abordadas, sendo a partir daí preenchida pelas descrições das viagens marítimas do augusto príncipe — aqui e ali pontuadas por um comentário feminino, designadamente de D. Francisca — com a devida ajuda de D. Mariana na tonalidade (que a princesa exagerava) e na língua (que mal dominava) —, cuja curiosidade não poucas vezes se sobrepôs à gravidade da ética imperial.

Terminado o copioso banquete, acompanhado dos bons vinhos portugueses — brancos, com o primeiro prato, e tintos, com o segundo —, e finalizado com exóticos, vistosos e sortidos frutos tropicais, os homens dirigiram-se a uma pequena saleta de jogo. Aí tomaram os seus digestivos e fumaram os imprescindíveis charutos, para mudo enfado do imperador, que presidia, aborrecido — porém resignado e compreensivamente —, àquele rito de adultos. Apresentadas as formais despedidas dos políticos — que partiram após novo beija-mão —, D. Pedro II, o seu regente e o príncipe de Joinville encaminharam-se a um acolhedor recanto dos jardins de Guizot, onde as damas — princesas e aias — esperavam ansiosamente pela sua chegada. Desobedecendo, desta feita, aos rígidos conselhos protocolares da sua tutora, D. Francisca ergueu-se de um pulo, indo buscar o convidado pela mão, para o conduzir animadamente aos canapés. De pronto se levantou D. Ana Valentina, para dar lugar ao príncipe, que assim se assentava — uma vez mais — junto da agitada adolescente. Mas antes que a infanta falasse, foi o formoso gauleês que tomou da palavra:

— Sabei — disse, olhando primeiro na direcção do imperador e depois das suas irmãs — que tive a honra de, embora

muito novo ainda, conhecer e privar com o Senhor D. Pedro, Vosso pai, com a sua ditosa esposa — a Senhora D. Amélia de Beauharnais, princesa de Leuchtenberg —, e com a Vossa irmã, D. Maria da Glória — hoje rainha de Portugal —, quando a Vossa família assentou residência em Paris. Se não me engano foi aí, pelo Inverno, num palácio do Malmaison, que teve lugar um desagradável episódio, em que uma bala entrou pela janela dos aposentos da rainha, perfurando as cortinas do tálamo, para se ir enfiar numa das paredes...

— Foi, sim! — interrompeu sem cuidados D. Francisca, ávida de participar no diálogo e de prostrar com Joinville, para logo se remeter ao silêncio e à sua pose de princesa. A tal não fora alheio, certamente, o avisado gesto de D. Sebastiana, que lhe apertara suavemente o antebraço com a sua mão esquerda escondida sob o leque. D. Francisco sorria condescendentemente e, regressado o sossego, retomou a sua narrativa. Pois bem, como dizia, uma bala ameaçara a integridade física de D. Maria, sem que nunca se tenha descoberto de onde partira tão vil atentado. Corria à boca pequena que um indivíduo português vivia mesmo de frente do palácio, mas nunca se soube ao certo quem foi o autor de semelhante barbaridade. Recordava-se apenas de ouvir ao senhor D. Pedro boatos de aproveitamento político por parte da oposição liberal que lhe era movida, mas foi tudo quanto pudera apurar.

— Na verdade — prosseguiu o príncipe, perante o olhar embevecido das damas —, o senhor meu pai ficou radiante ao tomar conhecimento da presença de tão augustos hóspedes portugueses, a quem colocou de pronto à disposição o palácio de Meudon — pouco distante da cidade —, assim como as devidas guardas de honra de cavalaria e infantaria. Ali terão as princesas permanecido, mesmo — creio — durante a ausência

do senhor Vosso pai... Devo dizer que a família real portuguesa era muito apreciada pelo papá e pelas manas, que não poucas vezes visitaram o senhor D. Pedro, a senhora D. Amélia e a senhorita D. Maria no seu domicílio.

— Com efeito — concordou D. Pedro, ousando atalhar o discurso do seu ilustre convidado, para atestar a veracidade e acuidade das ocorrências por aquele narrados, aproveitando também para acrescentar novos factos. — Não que de tal me pudesse recordar, dada a minha tenra idade à altura dos acontecimentos, mas por estes me terem sido repetidamente contados pela senhora D. Maria Carlota... — pausou, por segundos, fazendo uma breve vénia na direcção da ama —, que assim procurava sossegar-me as saudades da minha excelente madrastra e da minha *muy* querida irmã Maria. Reza que no Meudon se quedaram rainha e imperatriz enquanto o cerco do Porto não cessou. Julgo não me enganar, senhor D. Francisco.

— Não vos enganais, Vossa Alteza! — apressou o francês em confirmação. — E terá sido findo tal bloqueio que o imperador abreviou a sua estadia em Paris, acelerando o regresso da sua excelsa família a Portugal. Para desgosto das minhas estimadas irmãs, confesso, já que Luísa Maria, Maria e Clementina se haviam acostumado à companhia frequente da Vossa maravilhosa irmã, com quem estabeleceram sólidos laços de amizade; particularmente Clementina, por lhe ser mais próxima em idade. Eu era apenas *un garçon*, mais interessado em jogos e guerras do que em donzelas! — gracejou, soltando uma risada, para logo se desculpar às senhoras, com uma cortesia e um «*Pardon, mesdemoiselles!*»

— E hoje em dia, excelente príncipe, haveis já renovado os Vossos interesses? — atirou a mais nova das princesas.

— Senhora D. Francisca! — censurou secamente o imperador, que apesar de jovem aparentava maior ajuizamento

do que a irmã. A princesa — corada e encafifada — desmanchou-se em mil desculpas, enquanto enrodilhava nervosamente o lenço que trazia na mão (para limpar da testa a transpiração gerada pela cálida noite de Janeiro) — agravada que se sentia no seu orgulho. Ensaçando desvanecer o embaraço da sua menina e desviar o objecto da prosa, a governanta interpeleu o distinto hóspede sobre a veracidade de rumores que em tempos davam como certos um hipotético noivado entre o duque de Nemours e a rainha de Portugal. Sem hesitações, num tom cortês e cavalheiresco, Joinville comprovou as suspeitas de tal projecto, não dando por verdadeira a seriedade de um noivado, mas certificando o interesse confesso do senhor seu pai no possível matrimónio de D. Maria II de Portugal com o seu filho Luís Carlos de Orléans, duque de Nemours. Ao que parece, o senhor D. Pedro vira com melhores olhos o casamento da princesa com o irmão da sua mulher — D. Augusto de Beauharnais —, o qual, aliás, terá vivido aqui no paço...

— O caríssimo senhor D. Augusto viveu realmente conosco, senhor D. Francisco, até à abdicação do senhor nosso pai. E é-nos de boa memória. O irmão da nossa benquista madrastra — a senhora D. Amélia — seguiu-a até ao Rio de Janeiro, onde todos tivemos oportunidade de conhecer as suas qualidades. Eu próprio, ainda criança então, o recordo com afecto. Não houve na nossa corte quem não lamentasse o regresso do excelente D. Augusto à Baviera, quando o primeiro imperador do Brasil tomou o caminho do exílio. Reconhecendo-lhe tão renomadas qualidades, o senhor meu pai — uma vez devolvido o trono de Portugal à minha irmã D. Maria — viu no príncipe bávaro o marido perfeito para a filha. A vida não lhe foi de feição, contudo, pobre cunhado! Partiu cedo o nobre D. Augusto, para quem foi criado o título nobiliário brasileiro de duque de Santa Cruz. Paz à sua alma!

— Ámen! — responderam piedosamente em coro as senhoras.

— Entendo. Contudo, e naturalmente, o senhor meu pai mostrou-se melindrado com a escolha, por D. Pedro preterir Nemours — filho do rei de França —, em favor de um duque da Baviera. De tal forma azedaram as relações entre as partes que o governo francês ordenou a expulsão de D. Augusto do território.

— E sem as devidas honras terá saído a família real portuguesa pelo porto de Havre, na Normandia! — referiu D. Pedro, em forma de queixume.

— Lamentavelmente, sem dúvida alguma. Que honras eram largamente merecidas à ex-imperatriz do Brasil e à rainha de Portugal — admitiu amavelmente D. Francisco Ferdinando, fazendo acompanhar a sua interjeição de um cortês e leve aceno de cabeça. Procurando rapidamente aliviar o desconforto que temia ter tomado conta do imperador, e vencendo os presentes com o seu encantador sorriso aberto, revelou em tom de dichote que até ele tinha sido considerado pelo seu venerando pai para pretendente da admirável D. Maria. Tal era a apreço que o soberano francês tinha pela jovem D. Maria da Glória de Bragança!

— Levava D. Maria apenas 16 e eu 17 anos de idade! — explicou, rindo. — Rejeitei liminarmente semelhante possibilidade por rejeição ao ceptro, seguindo o raciocínio de que, tivera eu filhos, sabia que em Portugal viveriam soberbamente, ao passo que em França seriam pobres; mas que ainda assim preferia tal cenário à triste condição de rei! — findou, com alegres gargalhadas que a todos contagiaram.

Aproveitando o intervalo e o galhofeiro espírito que se instalara, suplicou D. Francisca, em tom elevado e animado:



— Mas contai-nos, senhor, dos vossos profícuos feitos e das vossas excelentes aventuras. Que as haveis, por certo. — Imprecisa que era no seu francês, foi necessária a intervenção da boa D. Mariana, que repetiu o pedido da sua tutelada ao gentil hóspede, num perfeito domínio daquele idioma. D. Francisco — que embora claramente não estivesse apaixonado, se entretinha com a folia da sua congénere brasileira —, soltou uma pequena risada, e inclinando afirmativamente a cabeça, concluiu com esforçada modéstia:

— Poucas, por ora, cara princesa. Poucas, por ora.

Solícito e satisfeito pela oportunidade de poder narrar as suas escassas conquistas, D. Francisco Ferdinando de Orléans — sobre quem todos os olhares agora incidiam — encetou entusiasmado o relato, vivo e enfático, de como passara com a sua *L'Hercule* pelo Norte de África, desembarcara em Bona — em Outubro —, para então rumar velozmente até Constantinopla, e aí se reunir à armada que marchava contra a cidade. Atrasado desgraçadamente pelo mau tempo e pela dificuldade das rotas, só lograra alcançar o seu destino a 17 de Outubro — esvoaça já a briosa bandeira francesa nos céus daquela urbe há quatro longos dias. Lamentando ter perdido tão excelente oportunidade de saborear a glória, o príncipe descreveu como se fez de novo ao largo para explorar as costas do Senegal e promover diversas incursões ao interior do continente negro, por mor de visitar certos chefes tribais. Finalmente — contou —, navegou para o Brasil, aferrando a sua nave no porto do Rio de Janeiro, em Janeiro de 1838, para dedicar o seu tempo a conhecer as várias regiões brasileiras.

— E eis a minha breve história de proezas e de desafios de perigo, estimadas damas! — concluiu risonho o gentil-homem, cômico das suas qualidades de sedutor e do efeito dos predicados da sua compleição física sobre o universo fe-

minino. D. Francisca Carolina quis saber por quantas auroras se aquietaria no Brasil o augusto príncipe, mas Joinville ainda não o sabia dizer. Insaciada que permanecia a sua curiosidade, a princesa questionava também o capitão da armada francesa sobre que rumos e intentos se lhe seguiriam, ao que o fidalgo respondeu que na sua jornada de regresso a casa passaria pela América do Norte, de modo a poder estudar — também aí — os modos e usos de cada local, e assim se inteirar dos últimos desenvolvimentos no âmbito do poder marítimo.

E em breve a noite adormecia, com corte e convidado a recolherem aos seus aposentos. Desinquieta e deslumbrada — nos descomedimentos próprios da sua juventude — com o príncipe de Joinville, D. Francisca Carolina recusava deitar-se. Revia vezes a fio cada pormenor dos meneios e das locuções daquele, neles buscando encontrar um sinal de interesse, de sentimento correspondido ao que ela por ele experimentara desde o primeiro avistamento. D. Mariana, apercebendo-se do aparente desinteresse de D. Francisco d'Orléans —, o que naturalmente se devia ao facto de quer ele, como a princesa, serem demasiado jovens —, e cansada da longura do serão, procurava a todo o custo persuadir a pupila de que seriam horas de se aquietar e de buscar no sono o descanso que no dia seguinte lhe permitisse ter forças e ânimo para acompanhar o convidado. Abandonando-se, por fim, à fadiga e aos argumentos da ama, D. Francisca Carolina rendeu-se ao conforto do leito, não sem antes declarar:

— Amanhã que me assistam a senhora D. Sebastiana ou senhora D. Ana Valentina!

Abalada a ama, já no silêncio e na solitude do quarto — que, apagadas as velas, mergulhara na escuridão —, aplicou-se à revisão da aparência do príncipe francês — de traço em traço; de feição em feição —, e ao porquê da estranha ardência que

ele lhe acendia e do apelo incompreensível dos seus braços. E assim, no final de um dilatado dia que despertara desinteressante para D. Francisca, a inocente menina deitava-se arrebatada de desejos.

Na manhã seguinte, quando a marquesa de Fafe entrou no quarto da infanta para a acordar, já D. Francisca se vestia.

— Já aprontada, gentil princesa? — perguntou, perplexa.

— Quase. O banho, tomei-o nos aposentos das servas, que não podia esperar, ou tarde se faria — adiantou a irmã do imperador.

— Que me dizeis vós, D. Francisca? Banhastes-vos junto com as criadas? Que despropósito! — considerou boquiaberta a vergada ama.

— É como vos digo, D. Ana Valentina, já tarde se fazia. As raparigas mal podiam crer, divertindo-se estupefactas. E eu não me sinto menos princesa pelo acto! — arrematou de queixo erguido D. Francisca Carolina.

— Pois seja. É um facto consumado. Que não se repita, no entanto, estimada infanta. Por vós! E por mim, que seria sumariamente dispensada dos vossos serviços, chegasse tamanho destempero aos ouvidos de Sua Majestade.

— Ora, o meu irmão é mais novo do que eu! — afirmou arrogantemente a jovem infanta.

— Mas é o imperador! D. Pedro II é o imperador do Brasil! E é nessa qualidade que se lhe deveis dirigir em qualquer situação! Lembrai-vos sempre disto! — sustentou a marquesa de Fafe exasperada, com as faces raiadas de vermelho. Depois, a um novo olhar, apercebeu-se da delgada silhueta da sua princesa, ousando investigar quem lhe tinha atado o espartilho. A temida resposta não se fez esperar: As serviçais, pois claro! Novo ai, novo suspiro e a boa ama, esforçando-se por aplacar

a sua inquietação, decidiu encaminhar a prosa ao tema mais ligeiro das vestes e das jóias:

— Mas dissei-me, haveis escolhido o rosa para hoje?!  
E que formosa estais!

Ao segundo dia da estadia do príncipe de Joinville, D. Francisca estava esplêndida! Selecionara um vestido mais feminino que na véspera, trocando o escuro pela cor. Em rosa velho, com larga roda e muito cintado, armado sobre a imprescindível crinolina, de várias anáguas, o vestido de D. Francisca descaía nos ombros, expondo timidamente um prenúncio da sua pele imaculada, para à frente terminar em razoável decote de seda, o qual a jovem assinalara com a aplicação de uma rosa verdadeira pregada ao meio. Usava uns moderados brincos de ouro, chegados à orelha, que haviam sido da sua mãe; escolhera-os, explicou, como uma espécie de talismã. O cabelo, porém, não sabia como penteá-lo! Ao seu lamento, a dama respondeu com a pronta sugestão de que o usasse ao alto, preso atrás da cabeça — como a imperatriz usava; era mais próprio do que trazê-lo solto. Mas o belo cabelo da senhora sua mãe caía em cachos e o seu era demasiado liso para ousar o penteado de D. Leopoldina, queixava-se D. Francisca. O liso também é belo!, resolveu D. Ana Valentina, convencendo Sua Alteza a entregar-se às suas hábeis mãos. E poucos minutos depois a princesa do Brasil abandonava o seu quarto, em direcção ao mesmo recanto do jardim onde no serão anterior sonhara acordada com o príncipe estrangeiro, embriagando-se com o som da sua voz, com os seus meneios, com a sua loucura controlada. À mesa encontrou já a irmã Januária (devidamente acompanhada da sua ama, D. Joaquina), que bebia pausadamente o seu café — preto, como todos os brasileiros o bebiam —, e mordiscava, de quando em quando, uma torrada com compota de goiaba.

— Que novidade é esta, D. Francisca? — perguntou maravilhada a infanta, ao dar com os olhos na sua renovada irmã.

— Achais-me bem aprontada? — questionou a jovem, ainda insegura.

— Uma perfeição! — avaliou encorajadoramente a sempre sensata e justa D. Januária.

— E o que achais — perguntou Francisca baixando a voz até ao sussurro — do Joinville?

— Muito gentil e muito bem-apegoado, mas insano demais para o meu gosto. Para vós, contudo, querida irmã, irrepreensível! — animou Januária.

— Seria perfeito, sim, minha boa irmã. Assim ele reparasse em mim... —lastimou-se a jovem.

— Dai-lhe tempo, minha irmã. Dai-lhe tempo. Que os homens despertam mais tarde. — E dando por encerrados os seus conselhos, a terceira filha de D. Pedro IV separou, da bela taça de Limoges pousada sobre a mesa, uma manga, a qual indicou à negrinha que a assistia — calada e servil — que lha trouxesse descascada. As suas palavras foram interrompidas por vozes de homens que chegavam do largo corredor que dava acesso às escadas do jardim anterior. D. Francisca alvoroçou-se no largo e confortável cadeirão de palhinha, corada de inquietação; Januária conteve-a com um simples gesto de mão.

As duas irmãs não podiam ser mais diferentes, separando-as não apenas a idade, como também o semblante e especialmente o carácter e a postura. D. Januária era dois anos e meio mais velha que D. Francisca, com quem contrastava tanto pela sua personalidade — mais madura e contida —, como pelos traços físicos que herdara da mãe — a tez clara, os cabelos louros e os olhos azuis. Já a sua adorada Mana Chica fora buscar ao pai o escuro dos cabelos e o castanho dos olhos —

amendoados, porém, como os da falecida imperatriz —, bem como a sua impulsividade e a sua audácia, tão incomuns numa princesa. Comungavam, contudo, de uma mesma simplicidade, de uma mesma doçura e de uma mesma naturalidade gestual, que destoava do igualmente comum profundo sentido hierárquico e de Estado que modelava cada contorno da sua própria existência.

— Bom dia, gentis princesas! — avançou Joinville, curvando ligeiramente a cabeça, com um sorriso que varria a vista da baía de Guanabara.

— Bom dia, príncipe! Bom dia, irmão — responderam as irmãs em coro.

— Haveis dormido bem, senhor de Joinville? — indagou D. Januária.

— Como um anjo! — retorquiu o francês com novo sorriso que a ambas entregou. D. Francisca, no entanto, devolveu-lho ponderada, acanhada como não havia agido no dia prévio. Bebia perdida na paisagem o seu café, não ousando fixar os seus olhos no ilustre convidado. Mal comia, debicando somente uma pouca de mirtilos que colocara no seu prato. Ao erguer a mão para chamar a criadinha, a quem pediu que lhe trouxesse um sumo, a sua nova imagem cativou a atenção do convidado que, ao repará-lo, levantou a sobrançelha, preferindo, todavia, nada dizer. A infanta notou-lhe a atitude, e embora ainda agoniada com aquele sentimento desconhecido — que simultaneamente a alegrava e castigava —, sentiu a coragem e o sorriso voltarem-lhe à alma e ao rosto. Também nisto o francês atentou sorridente e pensativo. O imperador — que em quietude tomava o seu pequeno-almoço — lembrou ao capitão que, para dar início ao périplo pretendido, hoje iriam visitar a província do Rio de Janeiro. O estrangeiro assentiu, dando

pequenos golos, deliciado, no seu fresco sumo de ananás.

— Querendo-o, podeis vir também! — lançou D. Pedro às irmãs. E o rosto de Francisca Carolina iluminou-se, sublinhado a cor do seu vestido, das suas frugais jóias, do seu espírito.

— Assim sendo, se os cavalheiros mo concederem — D. Pedro, D. Francisco —, retiro-me para me aprontar — solicitou a jovem. Autorizada a sua saída da mesa, a jovem precipitou-se palácio adentro, escada acima, pisando o chão sonoramente; com a falta de discrição useira dos treze anos de quem crescera nos trópicos sem pai e sem mãe, aos cuidados de amas extremosas e de um irmão que, mal saído dos cueiros, procurava ser o homem da família e o imperador do reino.

Meia hora depois, já munida do seu leque laqueado, do seu chapéu de palha de fita de flores, do seu xaile de renda pérola, D. Francisca Carolina de Bragança aguardava com D. Mariana Carlota o anúncio da partida da caleche. O dia correu sem novas nem sobressaltos, fértil em boa disposição e em histórias contadas. O passeio pela cidade fizeram-no juntos: a princesa — sentada frente ao convidado, por designação do irmão —, a ama, o forasteiro e o imperador; a vistoria à restante região, contudo, acidentada e selvagem, prosseguiram-na os dois homens a cavalo, seguindo as senhoras para o palácio e para os preparativos do jantar. Como esta, novas jornadas se seguiram, ora mais enérgicas, ora mais caseiras e familiares, sempre que o dia anterior deixara marcas e o sol cansava excessivamente. E assim se passaram os cerca de trinta dias em que o príncipe de Orléans se agasalhou no Palácio Imperial de São Cristóvão, na companhia do imperador do Brasil e das suas manas princesas — uma já senhorita, outra ainda adolescente, pueril e ameninada.

D. Francisca de Bragança era bela e dotada de extraordinária personalidade, mas ainda não atingira a sua estatura definitiva e era demasiado juvenil para que o príncipe de Joinville — também ele ainda demasiado novo e fascinado com os meandros da marinha e da guerra —, a visse como algo mais do que uma menina. Não por falta de esforçadas tentativas, por parte do imperador e da sua corte, para despertar no príncipe francês o interesse pela ditosa infanta; nem porque o referido fidalgo não percepcionasse tais diligências; mas simplesmente porque para D. Francisco de Orléans era cedo demais para amar. E foi ainda sem amar que partiu na sua corveta do porto da baía da Guanabara, desconhecendo se alguma vez regressaria ao Rio de Janeiro. Tampouco D. Francisca Carolina sabia se reveria o seu príncipe.

D. Francisca andou inconsolável, lacrimando pelos cantos, recusando-se a comer — por vezes nem da cama saindo —, e negando-se a tomar banho. Com o passar dos dias, todavia, a quinta filha de D. Pedro IV e de D. Leopoldina de Áustria (precedida por D. Maria da Glória, D. Miguel — morto ainda criança —, D. Januária e D. Paula Mariana — falecida aos dez anos de idade) encontrou coragem para confessar a D. Pedro de Alcântara, apenas um ano mais novo e dela muito próximo, a sua paixão. Sabendo-o estudioso e de tudo informado, pediu-lhe que lhe contasse a história do príncipe. O irmão apossou-se com orgulho e convicção da tarefa de retratar Joinville, tendo empenhado largas horas nos dias que antecederam a chegada do seu nobre hóspede à leitura de escritos sobre a sua pessoa. Na verdade, D. Francisco Fernando Filipe Luís Maria d’Orleães nascera em Neuilly-sur-Seine, a 14 de Agosto de 1818.



— Isso soubera eu! — interrompeu impaciente Francisca.

— Quereis que eu prossiga? — perguntou D. Pedro, procurando a todo o custo sustentar a calma e a atitude que competiam a um monarca. Perante a muda anuência da irmã, avançou na sua exposição, evocando os primeiros anos da vida do infante — tal como os dos seus irmãos — no *Lycée Henri-IV*.

Não levava D. Francisco Ferdinando ainda 12 anos quando o seu pai ascendeu ao trono de França, recordou o imperador. Nisto, deteve-se — sorrindo, pensativo —, sem por instantes nada acrescentar, envaidecido com a grandiosidade do feito de, naquela mesma idade, ele próprio ser já o próprio soberano! E, retomando a narrativa, atribuiu mais à obediência das ordens de D. Luís Filipe, do que ao gosto pessoal do filho, o ingresso deste ingressar na marinha e de prosseguir os estudos inerentes à arte de navegar. Fez D. Francisco os seus primeiros exames na distante cidade portuária de Brest, situada ao Norte — na Bretanha —, no extremo mais ocidental de França, onde a terra encontra o mar Céltico. Em Maio de 1831, com apenas 13 anos, embarcou em Toulon — como aspirante de segunda classe — na fragata *L'Arthémise*, que o levaria da costa francesa às cidades mediterrânicas da Córsega, do *Livorno*, de Nápoles e da distante Argélia; para no curso suportar as mesmas e árduas provas que todos os seus pares da escola naval. Enquanto aluno da primeira classe, em 1834, Joinville seguiu a bordo da fragata *La Syrène* em direcção ao Oriente, efectuando paragem em Lisboa. Um ano mais tarde, já promovido a tenente de fragata, embarcou rumo a Portsmouth no navio *La Didon*, para conhecer de perto a marinha britânica. Em 1836, no *L'Iphigénie* — navegando já na qualidade de tenente de navio —, enfrenta os adversos mares do Levante, e chega à Terra Santa.

— Eis, querida Mana Chica, resumida a história do vosso infante francês, que entra para a Marinha adolescente, navegando como subordinado até aos 18 anos. E que então — já feito tenente —, assume o comando da corveta *La Crèole*, e logo em 1838 o capitaneio do leme da corveta *L'Hercule*, a caminho do Brasil. O resto da crónica, excelente princesa, já vós a conheceis! — arrematou D. Pedro, satisfeito com o seu dom de narrador.

— Credes que ele volta, senhor meu irmão? — questionou D. Francisca, certa, no entanto, de já lhe conhecer a resposta. E, com efeito, esta não se fez esperar; tampouco a surpreendeu:

— Se volta, Mana Chica, não é para já.

D. Francisca de Bragança nasceu no Rio de Janeiro em 1824, filha de D. Pedro IV de Portugal e da imperatriz D. Leopoldina de Áustria. Ficou órfã de mãe aos dois anos de idade, e durante toda a vida pesaria sobre os seus ombros o fantasma da morte da mãe, grávida do nono filho, segundo rumores assassinada às mãos do próprio marido.

Aos treze anos, a irreverente princesa conhecia D. Francisco d'Orléans, filho do rei de França, por quem se apaixonou perdidamente. Teria de esperar seis anos pelo dia do desejado casamento, e conseqüente partida para Paris, onde, agora princesa de Joinville, depressa se impôs pela sua beleza, ousadia e espontaneidade, conquistando o *petit nom* de *Belle Française*.

Apaixonados e comungando de um ardor pela liberdade, os príncipes de Joinville entregaram-se a uma vida de boémia, numa Paris que fervilhava de arte, cultura e conhecimento, privando com intelectuais e artistas pelos *Grands Boulevards* e pelas salas de espectáculos.

Apesar das intrigas cortesãs, que atribuíam amantes à princesa e romances ao seu consorte, e da queda da monarquia francesa, que obrigou os príncipes a um exílio forçado em Inglaterra, o casal de príncipes nunca se separou, e viveu um amor puro e cúmplice até ao fim dos seus dias.

***D. Francisca de Bragança: A Princesa Boémia* é um romance apaixonante, inspirado numa cuidada investigação histórica, que nos dá a conhecer a vida de uma invulgar princesa portuguesa, que viveu uma longa e ousada história de amor com o filho do rei de França, o homem da sua vida.**



Espreite o vídeo deste livro no ecrã de um telemóvel.



**TOPSELLER**  
livros que se devoram

20|20 editora

Romance Histórico

ISBN: 978-989-8626-26-4



9 789898 626264

[www.topseller.pt](http://www.topseller.pt)